

GEOGRAFIA: CONCEITOS E PARADIGMAS - APONTAMENTOS PRELIMINARES

COSTA, Fábio Rodrigues da¹; ROCHA, Márcio Mendes²

RESUMO: O presente artigo, de caráter introdutório, tem como objetivo discutir a constituição e os desdobramentos da geografia como ciência, bem como seus principais conceitos orientadores. Para isso buscamos apresentar no transcorrer do texto os principais paradigmas geográficos e as novas possibilidades para o século XXI, isto feito através da leitura de livros e artigos científicos. Desta forma, pretendemos apresentar uma abordagem geral sobre a geografia, seus paradigmas e conceitos.

Palavras-chave: Geografia. Paradigmas. Conceitos.

GEOGRAPHY: CONCEPTS AND PARADIGMS – PRELIMINARY NOTES

ABSTRACT: This article aims to discuss the evolution of the geography as science and its main concepts guiding. Are presented in the course of the text the main geographical paradigms and new possibilities for the twenty-first century, this by reading books and scientific articles. Thus, we intend to present, in a preliminary way, a general approach and introduction on the geography, its paradigms and concepts.

Keywords: Geography. Paradigms. Concepts.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo principal apresentar uma discussão introdutória sobre a Geografia a partir da construção histórica de seus paradigmas e conceitos. Em virtude da complexidade do assunto não é possível, no presente texto, o aprofundamento das questões expostas. Desta forma, a intenção é oferecer uma base orientadora para os estudantes sobre o processo de desenvolvimento da geografia. Assim,

¹Professor assistente do Departamento de Geografia - FECILCAM, doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Geografia – UEM. fabiorcmestrado@bol.com.br - Bolsa de estudo Fundação Araucária.

²Professor associado do Departamento de Geografia - UEM

buscamos discutir os paradigmas e os conceitos considerados como de maior relevância. Cabe ao leitor aprofundar os estudos através das referências indicadas

Inicialmente fazemos uma breve discussão sobre a geografia pré-científica que se estendeu até o século XVIII, e foi caracterizada por ser um saber totalizante desprovido de sistematização. Na sequência buscamos apresentar os principais debates sobre a geografia científica. Abordamos os seguintes paradigmas: determinismo ambiental, possibilismo, método regional, nova geografia e geografia crítica. Também trazemos para o debate as discussões referentes às novas possibilidades para o século XXI, através da geografia global. No terceiro momento apresentamos os principais conceitos geográficos: espaço, território, região, paisagem e lugar.

As contribuições que a geografia vem trazendo para a sociedade são resultados de intensas descrições, análises, discussões, debates, divergências e até mesmo profundos enfrentamentos teóricos e metodológicos. Os enfrentamentos vão marcar a revisão de seus paradigmas e conceitos, o que demonstra o dinamismo e as constantes críticas pelas quais passou e está passando.

Debater e refletir sobre o desenvolvimento histórico da geografia, mesmo que isso já tenha sido realizado por inúmeros estudiosos, nunca é demais, visto que proporciona um melhor entendimento sobre o tema. É relevante o resgate e a revisão de importantes pensamentos e pensadores, pois permite novos olhares sobre essa dinâmica e importante ciência.

BREVE RELATO SOBRE O PERÍODO PRÉ-CIENTÍFICO DA GEOGRAFIA

O período pré-científico corresponde aos saberes geográficos desprovidos de sistematização e organização metodológica produzidos pelos seres humanos desde a pré-história até a consolidação científica. Abarcam as pinturas rupestres encontradas em cavernas representando a organização espacial da sociedade, os estudos de astronomia, cartografia, correntes marinhas, organização social entre outros.

Manuel Correia de Andrade (1987), considera que os povos que viviam na pré-história já desenvolviam conhecimentos que podem ser considerados geográficos. Cita como exemplo os quéchuas na América Andina que possuíam noção de orientação, visto que as estradas que partiam da capital seguiam na direção dos quatro pontos cardeais. Os polinésios, povos navegadores, conheciam a direção dos ventos e das correntes marinhas e utilizavam seus conhecimentos para a locomoção entre as diversas ilhas que compõem o arquipélago.

Na antiguidade as civilizações da Mesopotâmia e do Egito estudavam técnicas de irrigação, regime, extensão dos rios e variação do volume da água. Os estudos eram realizados em razão da necessidade de compreender a dinâmica fluvial para a prática da agricultura. Andrade (1987) considera tais abordagens como os primeiros passos para o desenvolvimento da hidrografia fluvial.

A contribuição dos gregos, na antiguidade clássica, é considerada a mais relevante e significativa. Os principais destaques foram: a medição do espaço e a discussão da forma da Terra, o estudo da física da superfície terrestre e a descrição dos aspectos físico-espaciais. Podemos destacar que:

Ao mesmo tempo em que se ampliava o conhecimento do espaço geográfico, aguçando a pesquisa dos sistemas de relação entre a sociedade e a natureza – sistemas agrícolas, técnicas de uso do solo, relacionamento entre as cidades e o campo, relações entre as classes sociais e entre o Poder e o povo -, desenvolvia-se também a curiosidade sobre as características naturais, os sistemas de montanha, os rios com os seus variados regimes, a distribuição das chuvas, a sucessão das estações do ano etc. (ANDRADE, 1987, p. 24).

Os estudos geográficos realizados pelos gregos tinham na maioria das vezes caráter descritivo e informativo. O principal objetivo era descrever as características do espaço e sua possibilidade de utilização e exploração. Também estavam preocupados com o estudo da esfericidade da Terra, com o processo de erosão, com as variações do clima, com os mares, rios e com a política.

A partir da decadência do Império Romano do Ocidente no século V, ocorreu, na Europa, um retrocesso do pensamento. Foram descartadas importantes contribuições realizadas pelos gregos. Entre elas podemos destacar a negação da esfericidade da Terra, entendendo-a como um disco plano. O sistema de produção feudal e a fragmentação do poder e do espaço, somados com a intensa influência exercida pela igreja católica, contribuíram para a retração do pensamento científico. Neste contexto histórico os conhecimentos que se enquadravam na geografia ficaram estagnados, havendo poucos avanços.

Merece destaque na Idade Média a contribuição dos povos árabes que motivados pelo processo de expansão territorial buscavam compreender melhor o espaço. Estudavam a herança grega, ampliando e inovando. Conforme Rodrigues (2008), os muçulmanos contribuíram para a evolução das ciências e das artes, realizaram a tradução da obra de Ptolomeu, desenvolveram a geografia, a geometria, a astronomia e a matemática.

Os séculos XV e XVI são marcados pelas grandes navegações portuguesas e espanholas. A maior preocupação no período foi com a espacialização, através do

desenvolvimento de técnicas cartográficas. Tal fato é explicado em virtude das necessidades de expansão impostas pelo capitalismo comercial. A escola de navegação de Sagres em Portugal, criada pelo infante D. Henrique, teria contribuído para o aprimoramento das técnicas de navegação e de cartografia. Até o século XVIII, se destacam os estudos sobre relatos de viagens, estudos dos fenômenos naturais e a elaboração de mapas.

Os conhecimentos caracterizados como geográficos estavam fragmentados e desorganizados, cabendo a filosofia, a matemática e a física as discussões e debates pertinentes. A organização científica ocorreu somente no século XIX, na Alemanha.

É possível notar que o desenvolvimento dos conhecimentos geográficos anteriores a sistematização estavam ligados ao processo expansionista territorial. Isso pode ser aplicado aos quéchuas nos Andes, aos gregos e romanos na Europa, aos povos árabes e italianos em busca de rotas comerciais no mediterrâneo e aos portugueses e espanhóis com as grandes navegações nos séculos XV, XVI e XVII. O objetivo principal era o conhecimento e a descrição do espaço para, entre outros aspectos, a elaboração de rotas que possibilitassem a ampliação do comércio. Também estavam preocupados com a expansão territorial e o domínio econômico de novos espaços. O que denota o papel estratégico da geografia para os povos que a desenvolviam.

A ORGANIZAÇÃO DA GEOGRAFIA E SEUS PARADIGMAS

Milton Santos (1986) nos ensina que se queremos encontrar os fundamentos filosóficos da geografia no momento da sua construção como ciência entre o final do século XIX e início do XX, temos que buscá-los em Descartes (1596 - 1650), Kant (1724 – 1804), Darwin (1809 – 1882), Comte (1789 – 1857), Hegel (1770 – 1831) e Marx (1818 – 1883).

Os pensamentos dos referidos autores contribuíram de forma diferente, peculiar e ideológica, para a construção dos paradigmas da geografia. O filósofo francês René Descartes é considerado o pai da filosofia moderna, tendo como principal contribuição o racionalismo. O filósofo alemão Immanuel Kant analisou o espaço e o tempo. O naturalista britânico Charles Darwin, na obra “A origem das Espécies” apresenta a seleção natural, que impactou profundamente as ciências naturais. O filósofo francês August Comte elaborou o positivismo. O filósofo alemão Georg Hegel o idealismo, e o filósofo, economista e revolucionário alemão Karl Marx o materialismo histórico dialético. Esses conhecimentos teóricos ofereceram suporte para o desenvolvimento dos

paradigmas da geografia.

No entendimento de Antônio Christofolletti (1985), a organização da geografia como ciência parte decisivamente das obras do geólogo, botânico e naturalista alemão Alexander von Humboldt, e do filósofo e historiador também alemão Karl Ritter. Esses pesquisadores construíram os alicerces necessários para a edificação de uma geografia científica. Para Camargo e Reis Júnior (2007):

[...] somente nos meados do século XIX, na Alemanha, com A. von Humboldt, K. Ritter e F. Ratzel, que ela passou a ter status de ciência, sendo, a partir dessa época, ensinada e praticada nas universidades. Formou-se então uma corrente de pensamento no seio da geografia que ficou conhecida como “escola alemã”, cuja característica central era o fato de ser iminentemente determinista e naturalista (CAMARGO; REIS JÚNIOR, 2007, p. 83).

Foi na Alemanha que se encontraram as condições teóricas para a organização da geografia como ciência. Horacio Capel aponta Humboldt como um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento da geografia moderna:

Quase todos os estudiosos da história da geografia concordam em considerar Alexander von Humboldt como o pai da moderna ciência geográfica. Sua obra, sem dúvida, foi decisiva para a configuração de muitas das idéias geográficas, particularmente no campo da geografia física (CAPEL, 2004, p. 11).

Humboldt realizou inúmeras viagens ao redor do mundo entre o final do século XVIII e início do XIX, o que contribuiu decisivamente para a formulação de suas principais idéias. Em suas viagens teve a preocupação em entender as diferenças e similaridades entre as paisagens da superfície terrestre, usando para isso o método comparativo. Conforme relata Capel:

Em relação ao método comparativo usado por Humboldt, cabe destacar somente que o usou de forma abundante e que alguns consideram que é precisamente este uso de comparações universais sua contribuição mais importante. Humboldt comparava, de fato, sistematicamente as paisagens do setor que estudava com outras partes da Terra. Assim, por exemplo, comparava as planícies do Orinoco com os Pampas, os desertos do velho continente e os da América, o altiplano do México e o da Península Ibérica, as montanhas da Europa e as do Novo Mundo (CAPEL, 2004, p. 14).

Humboldt buscou reconhecer as relações gerais e as causas genéticas comuns entre áreas similares em diversas partes da superfície terrestre. A comparação foi sua principal contribuição. O estudo da distribuição espacial de diferentes fenômenos físicos também está entre as suas importantes investigações. Também foi o primeiro a

unir, através de linhas, os pontos que possuíam a mesma temperatura média anual (isotermas). Foi o primeiro a fazer referência às paisagens naturais com relação a áreas de características homogêneas.

Para Andrade (1987), as ideias de Humboldt foram influenciadas pelo racionalismo francês, idealismo alemão e pelo positivismo. Disso resulta sua preocupação em estabelecer leis gerais que explicassem o mundo em que vivia.

No entendimento de Vitte (2007), a partir da herança humboldtiana, a geografia física tem como objeto de estudo a superfície da Terra, mais precisamente sua epiderme, visando entender a lógica dos fenômenos físicos e humanos em uma perspectiva sintética. Assim, teríamos a constituição das paisagens naturais, nas quais a diferenciação na superfície terrestre seria o resultado da dialética entre as forças endogenéticas e exogenéticas. Isso permitiria o zoneamento dos fenômenos da natureza na face da Terra.

Karl Ritter também apresentou importante contribuição para o desenvolvimento da geografia. Segundo Capel (2004), ele foi catedrático na Universidade de Berlim e em sua obra propõe de forma direta o estudo das relações entre a superfície terrestre e a atividade humana. Em seu trabalho o estudo das relações era central e as mesmas se estabeleciam entre fatos físicos e humanos. A superfície terrestre é considerada o palco onde se desenvolviam as atividades praticadas pelo homem. Para Ritter o princípio essencial da geografia estava na relação dos fenômenos e formas da natureza com a espécie humana.

Capel (2004), explica como o geógrafo alemão entendia a geografia citando um trecho da obra “*Erdkunde*”:

A expressão geografia, utilizada no sentido de descrição da Terra, é infeliz e tem confundido as pessoas; parece-nos que com isso simplesmente refere-se aos elementos, cujos fatores são a verdadeira ciência da geografia. Esta ciência tenta possuir a mais completa e cósmica imagem da Terra; resumir e organizar em uma bela unidade de tudo o que conhecemos do globo [...]. A geografia é a parte da ciência que estuda o planeta em todas suas características, fenômenos e relações, como uma unidade interdependente, e mostra a conexão deste conjunto unificado com o homem e com o Criador do homem (RITTER IN: CAPEL, 2004, p. 41).

Ritter buscava entender as relações dos fenômenos e formas da natureza com o homem. Por isso tinha um profundo interesse na história, entendendo que a mesma estava bastante próxima da geografia. Compreendia que as relações espaciais não podem prescindir de uma relação temporal. Assim, o estudo da geografia não pode ser desvinculado ou separado do estudo da história.

Andrade (1987), analisa que ao tentar formular leis gerais para explicar os fatos humanos, Ritter teve dificuldades, pois as leis sociais não eram uniformes com as leis físico-naturais. Essa teria sido sua grande dificuldade. Isto vem do fato de que as bases metodológicas usadas no nascimento da geografia foram oriundas das ciências naturais, sendo que tais metodologias não podem ser aplicadas diretamente nas ciências humanas. No entanto, é notável sua contribuição.

No entendimento de inúmeros estudiosos, entre eles Morais (1983), Christofolletti (1985), Andrade (1987) e Capel (2004), os estudos de Humboldt e Ritter foram decisivos e abriram as portas para o estabelecimento da geografia como ciência.

A organização científica ocorreu principalmente sobre as bases do positivismo. É nessa concepção filosófica e metodológica que os geógrafos vão buscar suas orientações gerais. Para o positivismo, os estudos devem restringir-se ao visível, real, mensurável e palpável; como se os fenômenos se demonstrassem diretamente ao cientista, que seria um simples observador (MORAES, 1983).

Andrade (1987), traz a seguinte explicação para o surgimento da geografia como ciência dentro das bases positivistas:

As condições culturais, econômicas e políticas do início do século propiciaram as diretrizes intelectuais e científicas que mudariam o pensamento do século XIX e levariam as idéias ao positivismo, estruturado por Augusto Comte [...] Os cientistas procuraram acumular conhecimentos empíricos e fazer as suas formulações teóricas; os governos dos países mais comprometidos com a expansão colonial, como a Inglaterra, a França, a Prússia e, com a expansão colonial após 1871, a Alemanha, a Rússia etc. estimularam a formação de sociedades geográficas que patrocinavam expedições científicas ao interior da África, da Ásia e da América do Sul, à procura de recursos susceptíveis de exploração (ANDRADE, 1987, p. 49-50).

O contexto do surgimento e organização da geografia está relacionado com o processo imperialista e expansionista das grandes potências européias entre os séculos XVIII e XIX. Isso estruturado sobre as bases do positivismo. O fato contribuiu decisivamente para a constituição de uma ciência preocupada em atender aos anseios capitalistas e voltada para a expansão territorial e comercial. A geografia científica nasce durante o trunfo da burguesia na Alemanha e passou a ser usada com fins políticos expansionistas. Os alemães, que entram tardiamente nas relações capitalistas de produção, em razão da unificação tardia, utilizaram a nova ciência para atingir suas necessidades imperialistas de expansão territorial e comercial.

Santos (1986), esclarece que a geografia teve profundas dificuldades para se

desligar dos interesses imperialistas inclusos em sua formação. Neste sentido, era grande o apoio do Estado e do capital para a criação e efetivação de centros de pesquisa, porém, o que se desejava efetivamente era a constituição de uma ciência que atendesse as necessidades do Estado e do capital.

Corrêa (2003), argumenta que o determinismo ambiental foi o primeiro paradigma a caracterizar a geografia no século XIX, em razão da passagem do capitalismo da sua fase comercial concorrencial para uma fase monopolista e imperialista. O determinismo ambiental foi amplamente utilizado para justificar o processo de expansão no continente africano e asiático.

Ainda para Corrêa (2003), as idéias deterministas tiveram no geógrafo alemão Friedrich Ratzel o grande organizador e divulgador. Os defensores deste paradigma argumentavam que as condições naturais, especialmente as climáticas, determinam o comportamento do homem, interferindo na sua capacidade de progredir. Para Moraes (1983), a obra de Ratzel foi um instrumento poderoso de legitimação do expansionismo do Estado alemão.

Segundo Andrade (1987):

Friedrich Ratzel tornou-se famoso por haver dado maior ênfase ao homem na sua formulação geográfica. Vivendo na Alemanha e tendo assistido à sua unificação, sob a égide de Prússia, formulou uma concepção geográfica que correspondia aos anseios expansionistas do novo Império. Dedicando-se às ciências naturais, sobretudo à Antropologia, encarou o homem como uma espécie animal e não como elemento social. Tentando explicar a evolução da humanidade dentro dos postulados de Darwin. A evolução se processaria através da luta entre as várias espécies, vencendo as mais capazes na sua adaptação ao meio natural. Se isso ocorria entre as várias espécies, ocorria também entre as raças humanas e os povos, sendo selecionadas para a sobrevivência e para o mundo as mais capazes de se adaptar e de controlar o meio natural. Daí a ideia da superioridade dos europeus, povos com uma civilização mais dinâmica frente aos coloniais, ditos selvagens, bárbaros e com civilizações estagnadas (ANDRADE, 1987, p. 54).

Fica claro que o determinismo ambiental, apoiado no darwinismo social, veio para justificar o processo expansionista da época. Ingleses, alemães, italianos, russos, norte-americanos, entre outros Estados, assumiram as ideias deterministas com vistas a atender seus projetos imperialistas. O homem é introduzido nas discussões, porém é visto como uma espécie animal que busca se adaptar e controlar o meio natural.

Em reação ao determinismo ambiental surge, na França no final do século XIX, um outro paradigma – o possibilismo. A visão possibilista focaliza as relações entre o homem e o meio natural, mas não o faz considerando a natureza determinante do

comportamento humano (CORRÊA, 2003).

O francês Vidal de La Blache foi o grande expoente do possibilismo. De acordo com Moraes (1983), a proposta do autor manifestava um tom mais liberal, consoante com a revolução francesa. As críticas ao determinismo dizem respeito ao tratamento das questões políticas, ao seu caráter naturalista, a minimização do elemento humano e a concepção mecanicista das relações entre homens e natureza.

Segundo Moraes (1983), o geógrafo francês definiu o objeto da geografia como a relação homem-natureza, na perspectiva da paisagem. O homem deve ser compreendido como ser ativo que sofre a influência do meio, porém que atua sobre este, transformando-o. No entanto, como nos alerta Suertegaray (2001), em La Blache a geografia é a ciência dos lugares e não dos homens, visto que a preocupação estava em estudar a ação humana materializada sobre o espaço e não as relações sociais e seus efeitos.

Conforme aponta Andrade (1987), La Blache admitia que o meio exercesse alguma influência sobre o homem, mas o homem, dependendo das condições técnicas e dos recursos disponíveis poderia exercer influência sobre o meio. Assim, surgia a expressão possibilismo, divulgada principalmente por Lucien Febvre. Os estudos estavam voltados para pequenas áreas, ficando conhecidos como estudos regionais. Levavam em conta os aspectos físicos e a eles sobrepondo os humanos e econômicos. Admitiam que o meio físico é o suporte que os seres humanos utilizam para sobreviver, fazendo suas construções e produzindo o que necessitam.

Sobre a Geografia Regional, Rodrigues (2008), explica que:

[...] ele divide o estudo geográfico em quadros físicos, humanos e econômicos. Assim, tem-se, por exemplo, nos trabalhos monográficos e regionais: a localização da área, por meio de projeções cartográficas; o quadro físico; como relevo, solo, hidrografia, clima vegetação etc.; a formação histórica de ocupação humana do território; a estrutura agrária; a estrutura urbana; a estrutura industrial etc. Finalmente, apresenta-se uma conclusão, com um conjunto de cartas, objetivando demonstrar uma relação entre os elementos humanos e naturais da região (RODRIGUES, 2008, p. 86).

O geógrafo francês tinha em seus estudos regionais a preocupação em descrever minuciosamente os quadros físicos, humanos e econômicos para posteriormente apresentar as relações existentes. Formou importante escola na França, tendo inúmeros discípulos que levaram seus estudos adiante. Os possibilistas, assim como os deterministas, não consideravam o homem como um ser social. Os avanços do possibilismo estão em compreender a influência e a capacidade de transformação do homem sobre o meio natural. O que interessava no debate era a ação transformadora do

homem, porém, foram deixadas de lado as relações sociais constituídas historicamente e seus efeitos políticos e econômicos sobre o meio. Torna-se famosa na primeira metade do século XX, a polêmica entre deterministas e possibilistas, os segundos arrogando-se o privilégio de incluir a ação do homem e admitindo que os deterministas deram prioridade aos fatores naturais (SANTOS, 1986).

De acordo com Corrêa (2003), o terceiro paradigma da geografia tradicional é o método regional. Nesta escola a diferenciação de áreas não é vista a partir das relações entre o homem e a natureza, como ocorria em La Blache, mas sim tendo como referência a integração de fenômenos heterogêneos em uma porção da superfície da Terra. Richard Hartshorne, geógrafo norte-americano, foi o grande expoente do método regional. Nele busca a integração entre os fenômenos heterogêneos em seções do espaço terrestre. Moraes (1983) aponta que os conceitos básicos formulados por Hartshorne foram de “área” e de “integração”.

Em Rodrigues (2008), encontramos que Hartshorne articulou a Geografia Geral e a Regional:

[...] diferenciando-as pelo nível de profundidade das inter-relações dos elementos estudados, quanto menor o número de elementos inter-relacionados, maior a possibilidade de generalização; quanto maior o número de elementos inter-relacionadas, mais profunda a análise efetuada, maior o conhecimento da singularidade da “área”, maior possibilidade de estudo regional (RODRIGUES, 2008, p. 95).

Christofoletti (1985), explica que o método regional considerava que cada categoria de fenômeno era objeto de determinada ciência (sociologia, economia, demografia, botânica, hidrologia, etc.). Todas essas ciências executavam a análise sobre os assuntos particulares. À geografia, considerando a totalidade, correspondia o trabalho de síntese, reunindo e coordenando todas as informações a fim de salientar a visão global da região.

Com base nas discussões apresentadas e nos autores consultados, podemos classificar o determinismo ambiental, o possibilismo e o método regional como os três principais paradigmas da geografia tradicional. Estes dominaram a produção geográfica e o debate durante o final do século XIX, até meados da década de 1950. Mesmo na atualidade, ainda podemos observar vestígios das escolas tradicionais tanto no ensino como na pesquisa.

No período pós Segunda Guerra Mundial se iniciou o movimento de renovação. Segundo Santos (1986), a geografia não podia escapar às enormes transformações ocorridas em todos os domínios científicos após 1950. As modificações vivenciadas a

partir do início da segunda metade do século XX, principalmente as inerentes as novas tecnologias desenvolvidas, levaram inúmeros pesquisadores a refletir e buscar novas possibilidades teóricas e metodológicas.

Moraes (1983), aponta que a renovação advém do rompimento de grande parte dos geógrafos com os paradigmas tradicionais. O movimento de renovação é denominado de Nova geografia por Manley em 1966. Santos (1986), explica que a nova orientação queria se caracterizar por não ser apenas diferente, mas também ser oposição à geografia tradicional. Conforme Camargo e Reis Júnior (2007):

Denomina-se Geografia “Teórica e Quantitativa” ou Geografia “Neopositivista” a corrente que começou a se formar logo após a Segunda Guerra Mundial e que terminou por trazer profundas modificações teóricas e metodológicas. Esta escola se caracterizou pelo emprego maciço das técnicas matemático-estatísticas na geografia, provocando uma verdadeira “revolução” no seio dessa ciência [...] (CAMARGO; REIS JÚNIOR, 2007, p.84).

A Nova geografia se manifestou, sobretudo, através da quantificação e da abordagem sistêmica. Para Santos (1986), a quantificação ocorreu em razão da procura de uma linguagem matemática para dar cientificismo à geografia. Na abordagem do positivismo lógico para ser considerado científico o conhecimento deve ser mensurável por técnicas matemáticas. Assim, são utilizados o emprego de técnicas estatísticas como: média, desvio-padrão, coeficiente de correlação, entre outras (CORRÊA, 2003).

Na interpretação de Christofletti (1985), a geografia quantitativa se caracterizou pelo maior rigor na aplicação da metodologia científica embasada no positivismo lógico ou neopositivismo, no uso de técnicas de estatística e matemática, na abordagem sistêmica e no uso de modelos. Desenvolveu-se especialmente na Suécia, nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e na Rússia.

O positivismo lógico ou neopositivismo, teoria na qual foi embasada a geografia quantitativa, tem como características:

- só descartando a metafísica alcança-se o conhecimento científico;
- o empirismo deve ser estendido a todo o domínio do pensamento;
- todas as ciências são matematizáveis;
- ciência significa compreensão do mundo e não intuição dele;
- experiência e linguagem completam-se reciprocamente;
- só tem sentido o que é fisicamente verificável;
- proposições que não se prestam à verificação e à mensuração são destituídas de sentido;
- a ciência não estuda leis objetivas da natureza, mas somente os dados da experiência mediada pelos sentidos ou por instrumentos (SCIACCA, 1968 IN: CAMARGO; REIS JÚNIOR, 2007, p.91).

Camargo e Reis Júnior (2007) concordam com Santos (1986), em que o uso da filosofia neopositivista teve como objetivo dotar a geografia de cientificismo, ou seja, torná-la mais científica. Visto que o uso de técnicas matemáticas, modelos, o empirismo e a experimentação seriam os requisitos básicos de uma ciência.

Os críticos deste paradigma argumentam que a quantificação deixou de ser uma ferramenta auxiliar do geógrafo em sua análise e passou a ser o referencial básico das pesquisas. Os estudos passaram a se preocupar mais com os modelos matemáticos e com a estatística do que em compreender as relações sociais e espaciais presentes no espaço.

A quantificação tem como méritos o enriquecimento da geografia com o uso de modelos matemáticos-estatísticos, inserção dos computadores na análise e a busca de aprimoramento metodológico. No entanto, o uso e abuso de técnicas e modelos típicos das ciências naturais não davam respostas a todas as questões e inquietações impostas as ciências sociais.

Assim, a partir da década de 1970, a Nova geografia e os paradigmas tradicionais são intensamente questionados, surgindo a geografia crítica. Christofolletti (1985) classifica as tendências críticas em: geografia radical, geografia humanística e geografia idealista.

O vetor mais significativo da geografia radical está baseado no materialismo histórico dialético elaborado pelos alemães K. Marx e F. Engels no final do século XIX. Marx e Engels buscaram entender as contradições inerentes ao sistema capitalista de produção e a divisão da sociedade em classes. A burguesia, minoria e dona dos meios de produção concentra a maior parte do capital em suas mãos; já o proletariado, a maior parte da população, é detentora de pouco ou quase nenhum recurso financeiro. Para a dialética marxista o mundo deve ser compreendido como dinâmico, em movimento, contraditório, histórico e a perspectiva da ciência é a transformação da realidade objetivando novas sínteses.

Tais pensamentos chegam tardiamente no âmbito geográfico. Isto não significa que inexistiam anteriormente. O que ocorria é que os pensadores sociais críticos foram abafados pelo pensamento tradicional que dominava e influenciava a geografia antes da década de 1970.

O aprofundamento dos problemas sociais, a ampliação da concentração de renda, as constantes migrações para as cidades que não possuíam infraestrutura capaz de atender a grande demanda, foram construindo um espaço degradado, especialmente na América Latina, África e Ásia. Os fatores apontados foram decisivos para a penetração do pensamento marxista na geografia e sua difusão entre um número significativo de pensadores.

As principais discussões dentro da linha de orientação marxista são encontradas em David Harvey, Yves Lacoste, Massimo Quaine, James Anderson, Neil Smith entre outros. No Brasil, é importante destacar a intensa produção científica desenvolvida pelos geógrafos Milton Santos e Ruy Moreira.

A influência do marxismo significou uma nova orientação na prática política dos geógrafos, que buscaram romper com a neutralidade pregada pelo positivismo e se envolver mais em propostas de mudanças sociais. Para Moraes (1983), os geógrafos críticos, em suas diferenciadas orientações, assumem a perspectiva da transformação da ordem social.

A perspectiva vem da análise das grandes contradições do sistema capitalista e da produção de espaços desiguais. A pobreza, a miséria, as desigualdades sociais, o desemprego, a corrupção e até mesmo a fome onde se produz alimentos se manifestam de forma escancarada. A somatória desses problemas levou a configuração de uma geografia marcada pelo materialismo histórico dialético. Passou-se a compreender o homem como ser social e as relações políticas e econômicas são introduzidas no debate com o objetivo de compreender as profundas desigualdades espaciais existentes.

Frigotto (1989, p. 73), compreende o materialismo histórico e dialético como uma postura, uma concepção de mundo “um método que permite uma apreensão radical (que vai à raiz) da realidade e, enquanto práxis, isto é, unidade de teoria e prática na busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade histórica.”

O materialismo histórico e dialético diz respeito às contradições da realidade, a concepção de mundo e de movimento que o pesquisador possui, deve ser radical³ e ter por finalidade a transformação da realidade.

Fica evidente a preocupação do método com a transformação da realidade. Não basta apenas compreender a essência, é necessário compreender para mudar. O pesquisador busca compreender a essência oculta nas relações sociais historicamente produzidas com a finalidade de transformá-las. Marx deixa isso claro na XI tese sobre Feuerbach.

Já a geografia humanística, embasada na fenomenologia, procura valorizar a experiência do indivíduo ou do grupo, visando compreender o comportamento e as maneiras de sentir das pessoas em relação aos seus lugares (CHRISTOFOLETTI, 1985). Para cada indivíduo existe uma visão de mundo, que se expressa através das suas atitudes

³A palavra radical deve ser compreendida no sentido de ir à raiz.

e valores com relação ao meio ambiente.

As noções de espaço e lugar surgem como conceitos chaves na geografia humanística. O lugar é aquele em que o indivíduo se encontra ambientado, no qual está integrado. O lugar não é toda e qualquer localidade, mas aquele que tem significância afetiva para uma pessoa ou grupo de pessoas (CAVALCANTI, 1998). Um dos principais geógrafos que discutem o conceito sobre a ótica da percepção é Yi-Fu Tuan, na obra “Topofilia”.

Conforme Tuan (1980), o termo topofilia é definido como o elo afetivo entre a pessoa e o lugar, é um termo concreto como experiência pessoal vivida. O autor considera a percepção, as atitudes e os valores envolvidos na relação entre os seres humanos e o meio ambiente.

A geografia cultural, inserida na vertente humanística, tem origem nos estudos sobre paisagem de Otto Schlüter e August Meitzen no final do século XIX e início do XX, e de Carl Sauer a partir da década de 1920, sendo retomados posteriormente com o movimento de renovação da geografia na década de 1970. Atualmente tem em Paul Claval seu principal expoente. Este geógrafo francês está ligado à renovação dos estudos culturais. Estuda as relações entre a cultura e a vida social, a transmissão dos conhecimentos e regras de conduta, a relação do indivíduo com a sociedade e também as articulações e relações entre cultura e poder.

Para Claval (2001), o desaparecimento da geografia cultural que parecia estar programado para a década de 1970 não ocorreu. Mesmo com a uniformização das técnicas e também da vida material, fato comum nos dias atuais, os estudos culturais não desapareceram, pelo contrário, o que se observa é a sua retomada, agora com ênfase nas representações, outrora negligenciadas.

Ainda para Claval (2001):

Desde que, em 1976, Yi-Fu Tuan propõe falar simplesmente de abordagem humanista, a partida está ganha. A nova corrente aparece como um dos componentes indispensáveis de toda démarche geográfica. Insistindo sobre o sentido dos lugares, sobre a importância do vivido, sobre o peso das representações religiosas, torna indispensável um estudo aprofundado das realidades culturais. É necessário conhecer a lógica profunda das ideias, das ideologias ou das religiões para ver como elas modelam a experiência que as pessoas têm do mundo e como influem sobre sua ação (CLAVAL, 2001, p. 53).

No Brasil merece destaque os estudos dos geógrafos Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rozendahl. Ambos estão debruçando esforços significativos para a divulgação e o desenvolvimento de uma geografia cultural no país.

O idealismo, para Christofolletti (1985), é uma alternativa ao positivismo, tomando plena consideração da dimensão do pensamento do comportamento humano. O idealismo considera que as ações humanas não podem ser explicadas adequadamente a menos que se compreenda o pensamento subjacente a elas. Onde os positivistas procuram explicar o comportamento como uma função dos atributos externos dos fenômenos, o idealista procura compreendê-lo em termos dos princípios internos do indivíduo ou do grupo.

A GEOGRAFIA GLOBAL COMO NOVO PARADIGMA?

No século XXI, a tecnologia passa cada vez mais a fazer parte da vida e também das necessidades dos seres humanos. O computador e a internet não são mais artigos de luxo ou de uso restrito. Estão presentes nas casas, nos carros, nas ruas, no comércio, no trabalho, etc. A geografia também se encontra inserida nessa realidade, pois o espaço, seu objeto de estudo, também se torna espaço virtual.

No artigo “*Geografía y tecnologías digitales del siglo XXI: Una aproximación a las nuevas visiones del mundo y sus impactos científico-tecnológicos*”, o geógrafo argentino Gustavo Buzai (2004), procura apresentar um panorama geral referente às relações entre geografia e tecnologia. Atenta para os seguintes temas: paradigma geotecnológico, geografia global, ciberespaço e cibergeografia. As discussões são sobre a apropriação das novas tecnologias digitais pela geografia, aplicações, perspectivas e possibilidades.

Buzai (2004) apresenta uma breve retomada histórica dos principais paradigmas que nortearam o pensamento geográfico desde sua sistematização como ciência no final do século XIX. Explica que os movimentos renovadores podem se apresentar em ondas curtas (20-25 anos), ondas médias (50 anos) e ondas largas (100 anos). Com relação às ondas curtas teríamos no século XX: paradigma regional (década de 10), racional (década de 30), quantitativo (década de 50) radical crítico e humanista (década de 70) e ecologia da paisagem, geografia Pós-moderna e geografia automatizada (década de 90). Os ciclos de ondas médias representariam em finais do século XX, o paradigma geotecnológico, ou seja, o positivismo ligado à informática. E os movimentos de ondas longas, representado atualmente pela geografia global, pelo qual a geografia apresenta uma “visão espacial” a partir da incorporação em seus conceitos e métodos dos sistemas computacionais amplamente difundidos.

A geografia global e seus conceitos incluídos no interior das geotecnologias propiciam uma nova visão do mundo. Não como um paradigma de geografia e sim como

um paradigma geográfico, onde a geografia oferece as outras disciplinas uma imensa possibilidade de ações e aplicações (BUZAI, 2004).

O autor entende ciberespaço como uma matriz eletrônica de interconexão entre bases de dados digitais através dos sistemas computacionais conectados em rede. É um novo espaço que se sobrepõe ao espaço real. A partir deste ponto de referência explica o que significa cibergeografia, que é o estudo da natureza espacial das atuais redes de comunicação. A ciber-cartografia, para o autor, é um dos pontos mais atraentes da cibergeografia, pois permite a representação cartográfica do ciberespaço.

Buzai (2004) toca em um ponto de fundamental importância que é o mito de uma rede mundial sem centro. Assim como os romanos dominaram os caminhos terrestres, os ingleses as rotas marítimas e os estadunidenses as rotas aéreas e espaciais, existe uma luta para controlar o ciberespaço. Isso ocorre em razão do grande interesse das potências mundiais em controlar este importante viés no século XXI. Como exemplo cita o sistema ECHELON, controlado pelos Estados Unidos, que intercepta as comunicações.

As informações que circulam pelo ciberespaço acabam passando por centros de controle das grandes potências. Buzai (2004) também argumenta que no ciberespaço a informação pode chegar mais rapidamente em um local distante da fonte de origem do que em um país vizinho. De Buenos Aires (Argentina) para New York (EUA) a informação demora (480 milésimos de segundo) e de Buenos Aires para o Paraguai, país vizinho, (2765 milésimos de segundo).

A incorporação dos conceitos e metodologias desenvolvidas nos últimos cinquenta anos tem ingressado nos sistemas de computadores para serem distribuídas nos mais variados âmbitos da geografia. Na atualidade, em razão da perspectiva global, a geografia tem tido um maior impacto em outras ciências e um maior reconhecimento com relação a sua importância. Essa geografia pode ter uma infinidade de aplicações a partir da simulação digital.

Buzai (2004) esclarece que aprender a aplicar os procedimentos geoinformáticos se converteu em uma tarefa dinâmica e de descobrimentos de novos sentidos. As ferramentas tecnológicas oferecem oportunidades inovadoras que geram novos desafios. Entre eles está utilizar a tecnologia como meio através do qual a atividade científica promova soluções concretas para os problemas que enfrentam a população.

Podemos perceber que um novo panorama se abriu para a geografia a partir do uso das novas tecnologias. Com o uso do computador, GPS, SIG, INTERNET, entre outros. Novos termos foram cunhados a exemplo de: cibergeografia, ciber-cartografia, geotecnologia e geografia global. Estes impõem novos desafios e amplas possibilidades

para o geógrafo. Desta forma, a geografia enfrenta novos desafios. Ao seu objeto de estudo se deverá agregar um novo plano, que é o virtual e sua grande variedade de relações.

No entanto, é demasiadamente importante não perder de vista que estas novas possibilidades tecnológicas devem ser usadas para promover o bem estar social e melhorar a qualidade de vida da população. Sem esta premissa corremos o risco da tecnologia servir apenas aos interesses financeiros de restritos e poderosos grupos internacionais. O pensamento crítico deve estar sempre presente para avaliar os custos e os ganhos sociais em questão.

A GEOGRAFIA E SEUS CONCEITOS

Nesta etapa do artigo buscamos discutir os conceitos considerados basilares para a geografia. São discutidos os seguintes conceitos: espaço, território, região, paisagem e lugar. Procuramos, de forma sucinta, destacar suas principais características e seus desdobramentos históricos.

Faz-se necessário realçar que não há convergência absoluta entre os estudiosos em relação à quais são os conceitos geográficos. Nem mesmo existe consentimento sobre a sua descrição, pois cada um encontra sua explicação de acordo com o paradigma no qual está incluso. Tal fato evidencia o dinamismo da geografia. Não temos como objetivo, inicialmente, entrar nesta discussão. O que propomos é apresentar os conceitos que compreendemos como referenciais. Iniciamos pela conceitualização de espaço, pois entendemos que é a partir dele que se desdobram os conceitos de território, região, paisagem e lugar. Cada um com sua ênfase, como procuramos demonstrar.

Espaço

Primeiramente ratificamos que o espaço é o conceito basilar para a geografia. É dotado de complexidade e vem sendo discutido demasiadamente desde a antiguidade. Os gregos clássicos conceituavam espaço como localização dos lugares, o que já demonstra a existência de uma preocupação com a espacialização da superfície terrestre.

Na concepção de Kant, importante filósofo do século XVIII, o espaço é uma representação necessária *a priori*, que serve de fundamento a todas as percepções exteriores. O espaço é considerado como a condição de ocorrência dos fenômenos. Assim, todas as relações somente podem ocorrer no espaço e a partir do espaço.

Na geografia tradicional encontramos em Ratzel a noção de espaço vital, que se refere à necessidade territorial de uma sociedade, em busca pelo equilíbrio entre os recursos naturais disponíveis e o total de população. O referido autor traz importante contribuição para o estudo da geografia, mesmo estando inserido dentro do processo imperialista e expansionista alemão.

O conceito de espaço, segundo Sposito (2004), esteve durante um longo período desvinculado do conceito de tempo. A geografia ficava responsável pelos estudos espaciais e a história se preocupava efetivamente com o tempo. Depois dos estudos de Albert Einstein referentes à relatividade na física, espaço e tempo não podem mais ser analisados separadamente.

Para Suertegaray (2001):

A visão crítica da Geografia, ao romper com a visão de estabilidade, passa a conceber o tempo como espiral. Neste sentido, o tempo é entendido como seta e ciclo, ou seja, o espaço geográfico se forma (no sentido de formação, origem) e se organiza (no sentido de funcionalidade), projetando-se como determinação ou como possibilidade. Esta projeção se faz por avanços (seta) e retornos (ciclo). Neste contexto, o espaço geográfico é a coexistência das formas herdadas (de uma outra funcionalidade), reconstruídas sob uma nova organização com formas novas em construção, ou seja, é a coexistência do passado e do presente ou de um passado reconstituído no presente (SUERTEGARAY, 2001, p. 3).

Na análise de Santos (1986), um dos geógrafos mais comprometidos com a discussão, o espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. É resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço intermediados pelos objetos naturais e artificiais. Nesse ponto, a técnica também é importante, pois é através dela que o homem produz e transforma o espaço. Através da técnica de produção os humanos foram organizando e produzindo espacialidades de acordo com as necessidades e forças produtivas disponíveis. As novas necessidades e desejos foram conduzindo a novas técnicas e a novas formas de organização espacial.

Para Santos (2008):

Um conceito básico é que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. Consequentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção do espaço (SANTOS, 2008, p. 67).

O autor assim define forma, função, estrutura e processo:

Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo. *Função*, de acordo com o *Dicionário Webster*, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. *Estrutura* implica a inter-relação de todas as partes de um todo; modo de organização ou construção. *Processo* pode ser definido como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança (SANTOS, 2008, p. 69).

Forma, função, estrutura e processo são as categorias primárias que permitem o entendimento da atual organização do espaço. São quatro termos disjuntivos, contudo associados. “Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade” (SANTOS, 2008, p. 71).

Henrique (2003), compreende que na obra de Milton Santos o espaço é entendido como a natureza transformada e socializada, ou seja, uma segunda natureza historicizada. A transformação da primeira natureza – natureza natural, para a segunda natureza – natureza socializada, ocorre pelo uso das técnicas e ferramentas desenvolvidas pelos homens. Desta forma, os humanos transformam a natureza e produzem espaço.

Corrêa (2003) utiliza o termo organização espacial na sua análise. O autor explica que a organização espacial é reflexo da ação humana ao longo do tempo, conseqüência do trabalho e da divisão do trabalho. O espaço é entendido como espaço social, vivido, em estreita correlação com a prática social. A produção do espaço é resultado da ação do homem sobre a natureza. A organização do espaço reflete em como a população utiliza-o em virtude das técnicas disponíveis e das necessidades humanas.

Ainda para Corrêa (2003):

O longo processo de organização e reorganização da sociedade deu-se concomitantemente à transformação da natureza primitiva em campos, cidades, estradas de ferro, minas, voçorocas, parques nacionais, *shopping centers*, etc. Estas obras do homem são as suas marcas apresentando um determinado padrão de localização que é próprio a cada sociedade. Organizadas espacialmente, constituem o espaço do homem, a organização espacial da sociedade ou, simplesmente, o espaço geográfico (CORRÊA, 2003, p. 52).

A ação humana tende a modificar o meio natural e transformá-lo em meio

geográfico, ou seja, moldado e trabalhado pela intervenção do homem e realizado no transcorrer da história. Assim, ao longo do tempo a atuação da sociedade (re)transforma o espaço em uma ação dinâmica contínua.

Smith (1988), explica que é necessário insistir no significado de espaço, porque seu entendimento ainda é vago e visto com multiplicidade de significados muitas vezes contraditórios: espaço como campo, como receptáculo, como simples vácuo. O autor aponta que é demasiadamente importante distinguir a concepção de espaço geográfico dos outros significados atribuídos. Aponta que duas concepções de espaço têm sido objeto de destaque: o espaço absoluto e o espaço relativo.

O espaço absoluto é compreendido como vácuo. É desprovido de matéria, porém é o receptáculo de ocorrência e existência dos objetos. O espaço relativo não é independente da matéria “As relações espaciais são, na realidade, relações entre partes específicas da matéria e, assim, são puramente relativas ao movimento, ao comportamento e a composição da matéria e dos eventos materiais (SMITH, 1988, p. 112). Com base no exposto o autor avança para a questão do espaço físico e do espaço social.

Como o exemplo do espaço absoluto ilustrou, os conceitos absolutos de espaço têm influenciado consideravelmente nossas concepções sociais mais amplas de espaço, pelo menos desde Newton. Entretanto, as concepções contemporâneas de espaço não têm nenhuma semelhança com os espaços n-dimensionais abstratos da Física matemática. Qualquer que tenha sido a relação histórica, o espaço social hoje é completamente diferente do espaço científico. Enquanto o espaço científico tenta completamente se abstrair da atividade e dos eventos sociais, o espaço social é geralmente tratado como sendo justamente o campo dessa atividade. Como sugerimos, a base conceitual para o surgimento de um espaço social separado reside mais claramente na separação feita por Newton de espaço relativo e do espaço absoluto. Com o espaço absoluto de Newton, o mundo dos fenômenos físicos, biológicos e geográficos poderia ser tratado como a base natural do espaço físico. O espaço social, por outro lado, poderia ser tratado como um espaço puramente relativo, existindo dentro do espaço absoluto a relatividade do espaço social é determinada pelas relações sociais particulares que ocorrem numa dada sociedade (SMITH, 1988, p. 119).

A bifurcação entre espaço físico e espaço social está no desenvolvimento da segunda natureza a partir da primeira. Ocorreu que a sociedade foi separada da natureza antes que o espaço social fosse distinguido do espaço físico. O espaço físico absoluto foi associado ao espaço natural da primeira natureza. Já o conceito de espaço social foi abstraído do espaço natural. O espaço social é entendido como um campo abstrato

constituído por eventos sociais. Para Smith (1988, p. 120) “Um objeto ou uma relação pode ser bastante real, por exemplo, a classe trabalhadora, ou a relação salário-trabalho, mas colocá-los como pontos no espaço social não implica absolutamente nada sobre sua localização no espaço físico ou natural.”

As discussões levantadas têm as seguintes implicações na Geografia:

Agora o espaço geográfico é algo novamente diferente. Por mais social que ele possa ser, o espaço geográfico é manifestadamente físico; é o espaço físico das cidades, dos campos, das estradas, dos furacões e das fábricas. O espaço natural, no sentido de espaço absoluto herdado, não é mais sinônimo de espaço físico, haja vista que o espaço físico, por definição, pode ser social. Esta distinção surge no debate sobre o espaço geográfico, porque os geógrafos têm que lidar com o espaço físico em geral e não apenas com o espaço natural da primeira natureza. Com seus objetos de estudo localizados enquadradamente dentro do espaço social, a maioria das ciências sociais poderia abstrair do espaço físico, incorporando-o nas análises somente como um dado externo ocasional. A Geografia evidentemente não se deu a esse luxo e, somente em anos recentes, tem tido que enfrentar face a face a contradição aparente entre espaço físico e espaço social, e a diferenciação interna do espaço natural e do espaço físico em geral (SMITH, 1988, p. 120).

A contradição aparente entre espaço físico e espaço social se caracterizou através do dualismo entre espaço e sociedade. Romper com o dualismo e demonstrar a unidade do espaço e da sociedade não é tarefa fácil, como procura demonstrar o autor:

Nós chegamos a entender e a afirmar a unidade do espaço e da sociedade, mas ainda é difícil dar o próximo passo, da afirmação para a demonstração, sem alterar, na prática, nossa concepção de espaço. A noção de que o espaço e a sociedade “interagem” ou que os padrões espaciais “refletem” a estrutura social não é somente grosseira e mecânica na sua elaboração, mas também impede mais discernimentos com relação ao espaço geográfico [...] Duas coisas somente podem interagir ou refletir-se mutuamente se elas forem definidas, em primeiro lugar, como coisas separadas [...] A concepção da “produção do espaço” deve-nos apresentar um meio de dar o próximo passo e de nos permitir demonstrar, mais do que simplesmente afirmar, a unidade do espaço e da sociedade (SMITH, 1988, p. 122-123).

Assim, com a produção do espaço, a prática dos homens e o espaço são integrados no próprio conceito de espaço. O que rompe com a dicotomia espaço e sociedade e possibilita avançar sobre o entendimento de espaço geográfico.

Suertegaray (2001), compreende o espaço como um conceito balizador da geografia, entendendo-o como uno e múltiplo “Sua dinâmica é representada pelo

movimento, o girar do círculo. Este giro expressa a ideia: um todo uno, múltiplo e complexo” (2001, p. 09).

Entendemos que é a partir da complexidade e dinamismo do espaço geográfico que se desdobram os conceitos de território, região, paisagem e lugar. O que os diferencia é a ênfase dada por cada autor de acordo com os objetivos do estudo a ser realizado.

Território

O conceito território vem sendo amplamente debatido nas últimas décadas, existindo divergências entre pesquisadores sobre sua definição. Etimologicamente a palavra território, “*territorium*” em latim, é derivada do vocábulo terra e é compreendido como o pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma jurisdição político-administrativa.

No Brasil, durante muito tempo, a noção de território ficou restrita a uma porção de terra limitada por fronteiras sob uma jurisdição. O conceito vem ganhando destaque e amplitude em razão de novos olhares sobre a temática.

Na geografia tem por base a obra de Ratzel, que o entendia como o aproveitamento de uma porção do espaço por um grupo organizado pela ação do Estado. Sua concepção está diretamente ligada ao momento histórico de sua época, que foi a consolidação das relações capitalista e imperialista na Alemanha.

Para Haesbaert (2004), pode-se agrupar a concepção de território em três vertentes básicas: i) política (referente às relações espaço-poder), ii) cultural (que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva), e iii) econômica (como fonte de recursos). O autor apresenta as possibilidades de análise sobre o tema, demonstrando sua complexidade.

Santos (2005) compreende sob a perspectiva do uso. Para o autor o território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Deve ser compreendido como uma totalidade que vai do global ao local. Em sua análise argumenta que o território em si não é um conceito, ele só se torna um conceito quando o consideramos na perspectiva do seu uso. Tal entendimento é demasiadamente importante, visto que tem como preocupação principal a ação e a utilização desempenhada pelos seres humanos na produção do espaço.

Em Robert Sack (1986), território está ligado ao controle de pessoas e/ou recursos através do controle de uma área. A escala varia muito, podendo ir do nível pessoal, de uma sala, ao internacional. Nesta análise está evidente as relações de poder

abordadas no conceito. As relações de poder estabelecidas no território estão entre as contribuições mais importantes, visto que buscam entender como ocorrem a apropriação e dominação territorial em diferentes escalas de poder.

Raffestin apud Saquet (2004), aponta que o território é objetivado por relações sociais concretas e abstratas, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade. Em Raffestin o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, sendo o resultado de uma ação conduzida.

Para Saquet (2004), outra contribuição importante de Raffestin está relacionada ao processo TDR (territorialização, desterritorialização e reterritorialização) relacionado às ações econômicas e culturais. É considerado um “processo de relações sociais, de perda e reconstrução de relações” (SAQUET, 2004, p. 126). O território também apresenta caráter político, é um espaço modificado pelo trabalho e apresenta relações de poder.

Um território é produzido, ao mesmo tempo, por relações políticas, culturais e econômicas, nas quais as relações de poder inerentes às relações sociais estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle do espaço geográfico. O território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização, do enraizamento; é resultado do processo de apropriação e domínio de um espaço, cotidianamente, inscrevendo-se num campo de poder, de relações socioespaciais (SAQUET, 2004, p. 128-129).

Podemos perceber, conforme as análises de Sack (1986), Haesbaert (2004), Saquet (2004), Santos (2005), que o conceito tornou-se mais complexo e abrangente, estando relacionado ao uso, a apropriação do espaço, as relações sociais, políticas, econômicas, culturais, de poder e de controle. O conceito de território ganhou novas perspectivas em virtude das possibilidades de abordagem estabelecidas sobre o tema por importantes estudiosos.

O avanço sobre o entendimento de território vem contribuindo para a produção de pesquisas críticas e preocupadas com as relações estabelecidas a partir do uso e apropriação. O que evidencia o caráter dinâmico do conceito e da própria geografia como ciência.

Região

Partimos agora para o conceito de região, que foi demasiadamente desenvolvido e trabalhado pela escola francesa e está associado à noção de diferenciação de áreas. Segundo Corrêa (2003, p. 22), a aceitação do conceito está na ideia de que a “superfície

da Terra é constituída por áreas diferentes entre si.” O conceito vai assumindo características distintas conforme os paradigmas da geografia.

No determinismo ambiental era entendido como região natural, sendo caracterizado pela uniformidade resultante da integração dos elementos da natureza: clima, vegetação, relevo, etc. O elemento humano ficava de fora na análise, pois se entendia que os elementos naturais determinam as condições do homem. Corrêa (2003) explica que:

A região natural é entendida como uma parte da superfície da Terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas, e caracterizadas pela uniformidade resultante da combinação ou integração em áreas dos elementos da natureza: o clima, a vegetação, o relevo, a geologia e outros adicionais que diferenciariam ainda mais cada uma destas partes. Em outras palavras, uma região natural é um ecossistema onde seus elementos acham-se integrados e são interagentes (CORRÊA, 2003, p. 24).

O autor ainda avalia que para o determinismo ambiental o clima aparece como elemento primordial, sendo em alguns casos utilizado para justificar a exploração colonial e o racismo no período imperialista.

No possibilismo a região não é mais natural, é geográfica. O homem passou a ser considerado como ser que influencia e é influenciado pela natureza. A região se torna objeto de estudo e abrange uma paisagem e sua extensão, onde se entrelaçam os componentes da natureza com a ação humana. Para Corrêa:

Reagindo ao determinismo ambiental, o possibilismo considera a evolução das relações entre o homem e a natureza, que, ao longo da história, passaram de uma adaptação humana a uma ação modeladora, pela qual o homem com sua cultura cria uma paisagem e um gênero de vida, ambos próprios e peculiares a cada porção da superfície da Terra (CORRÊA, 2003, p. 28).

A região geográfica abordada pelo paradigma possibilista é elaborada na França no final do século XIX, por La Blache. Posteriormente se expande para a Alemanha e para os Estados Unidos no século XX. A preocupação do geógrafo está em evidenciar as individualidades e singularidades oriundas da combinação entre elementos humanos e naturais, ou seja, a região geográfica. Foi construída sobre as bases teóricas do empirismo.

De acordo com Corrêa (2003), a nova geografia definiu região como um conjunto de lugares onde as diferenças internas são menores que a existente entre eles e outros lugares. Originada sobre as bases teóricas do positivismo lógico a nova geografia utilizou de técnicas estatísticas para regionalizar as porções da superfície.

Para se verificar as similaridades e as diferenças entre as áreas são utilizados um conjunto técnico-estatístico (moda, mediana, desvio padrão, coeficiente de variação, análise de agrupamento, etc.) que permite mensurar os lugares e definir uma divisão regional.

Segundo Cavalcanti (1998), na visão da geografia crítica se analisa a região a partir da caracterização do capitalismo como um sistema que promove o desenvolvimento desigual. A região é considerada uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações e das contradições materializadas no espaço. O enfoque está dentro da temática centro e periferia.

O conceito de região foi amplamente difundido na geografia, sendo considerado por alguns pesquisadores, como é o caso de Hartshorne, um método para o estudo da geografia. No entanto, na última década no Brasil, o conceito tem ficado em segundo plano nas discussões. Maior ênfase passou a ser dada aos conceitos paisagem, território e lugar. Mesmo assim, os estudos regionais ainda estão inseridos em um considerável número de pesquisas que contribuem para o desenvolvimento do pensamento geográfico.

Paisagem

Na geografia o conceito aparece inicialmente ligado a paisagem natural, entendida através da composição dos elementos naturais (clima, vegetação, relevo, solo, entre outros); e posteriormente a paisagem humanizada compreendida como resultado das relações homem/natureza. Conforme Colavite e Passos (2010, p. 1143), “a paisagem surge na geografia como um dos primeiros conceitos basilares e desenvolve-se sob variadas perspectivas teórico-conceituais e metodológicas, circunstanciadas pelo momento histórico atravessado”.

Os geógrafos geralmente compreendem a paisagem como a expressão materializada das relações do homem com a natureza. Para alguns o limite da paisagem é o que a visão alcança, para outros é algo além do visível, resultado da articulação entre os elementos constituintes e deve ser estudada a partir da sua morfologia, estrutura e divisão (SUERTEGARAY, 2001).

Suertegaray (2001, p. 5) continua sua argumentação explicando que entende paisagem como um conceito operacional “[...] um conceito que nos permite analisar o espaço geográfico sob uma dimensão, qual seja o da conjunção de elementos naturais e tecnificados, sócio-econômicos e culturais”. A paisagem pode ser analisada como a materialização das condições sociais, podendo persistir elementos naturais, embora já

transfigurados pela ação humana.

De acordo com Passos (2000), o termo paisagem, anteriormente envolto por uma carga romântico-naturalista, no século XX passou a ter caráter científico. O autor compreende que a paisagem é produzida historicamente pelos homens, segundo a sua organização social, o seu grau de cultura e o seu aparato tecnológico. É um espaço em três dimensões: “natural”, social e histórico.

Ainda para Passos (2000), natureza e paisagem são conceitos diferentes. A natureza não é paisagem, a natureza existe em si, enquanto que a paisagem existe somente em relação ao homem, na medida em que a elabora historicamente.

Na visão de Vitte (2007), foi Ab' Saber quem mais contribuiu no Brasil com os estudos sobre paisagens naturais, recuperando o conceito de fisiologia da paisagem e compreendendo-a como o resultado da relação entre os processos do passado (responsáveis pela compartimentação regional da superfície) e os atuais (responsáveis pela dinâmica atual das paisagens).

Em Santos (1986), encontramos que a paisagem é tudo o que é visível, o que a visão alcança, que a vista abarca. É formada por cores, odores, sons e movimento. É a materializado de um instante da sociedade.

A paisagem também é analisada sobre a perspectiva da fenomenologia, apresentando características subjetivas, como é o caso da interpretação de Corrêa (2003), que compreende como um produto da ação do homem ao longo do tempo constituída de valores, crenças e uma dimensão simbólica.

Para Claval (2001):

A paisagem traz a marca da atividade produtiva dos homens e de seus esforços para habitar o mundo, adaptando-o às suas necessidades. Ela é marcada pelas técnicas materiais que a sociedade domina e moldada para responder às convicções religiosas, às paixões ideológicas ou aos gostos estéticos dos grupos. Ela constitui desta maneira um documento-chave para compreender as culturas, o único que subsiste frequentemente para as sociedades do passado (CLAVAL, 2001, p. 14).

Para o referido autor, inserido nos estudos da geografia cultural, a paisagem se constitui através das transformações que o homem realiza sobre o meio natural usando as técnicas disponíveis, moldando o espaço conforme as características culturais dos grupos humanos. Fica evidente a preocupação com a relação entre a cultura e a paisagem na análise geográfica, visto que a paisagem é moldada de acordo com as técnicas e as características culturais dos diversos grupos humanos.

Atualmente se verificam na geografia duas correntes principais preocupadas com

o estudo da paisagem. Uma enfatiza as múltiplas relações entre os elementos naturais (clima, relevo, solo, vegetação, geologia e hidrografia) mais a ação antrópica como os fatores responsáveis pela morfologia da paisagem, foi denominada de sistêmica ou geossistêmica. A outra corrente prioriza a cultura humana e foi denominada paisagem cultural.

A visão sistêmica foi desenvolvida na geografia por Soctchava na década de 1960. Em seguida o francês Georges Bertrand define recortes espaciais e escala de análise. Na perspectiva cultural é analisado o vínculo que o homem estabelece com o lugar (COLAVITE; PASSOS, 2010).

Uma das propostas mais complexas e também completas para o estudo da paisagem é o modelo GTP elaborado pelo geógrafo francês Bertrand. Nesta abordagem são analisados o geossistema (source – fonte), o território (ressource – recurso) e a paisagem (ressourcement – identidade).

Assim, para Colavite e Passos (2010), o geossistema é a análise do meio natural e a paisagem do meio sociocultural. O território a análise das inter-relações entre cultura e geossistema, envolvendo sujeitos que atuam sobre o objeto, resultando na produção territorial. Em razão de melhor contemplar a complexidade da análise geográfica o modelo GTP começou a ser amplamente utilizado por inúmeros pesquisadores.

O que fica em evidência é o fato da paisagem ser um importante e dinâmico conceito no âmbito da geografia, adquirindo interpretações próprias e particulares em conformidade com os paradigmas e teorias nas quais foi gerada.

Lugar

O conceito de lugar, dentro da geografia tradicional, foi definido de acordo com as características naturais e culturais próprias de uma determinada área. Estava ligado à noção de localização e à individualidade das parcelas do espaço.

De acordo com Cavalcanti (1998), na perspectiva da geografia humanística o lugar é o conceito chave, compreendido com o espaço vivido. É onde a vida se realiza, está carregado de afetividade e significado. A perspectiva humanística é desenvolvida sobre as bases teóricas da fenomenologia, que tem na percepção do sujeito sobre o objeto a principal referência. Assim, o lugar é estudado a partir das relações e ligações subjetivas estabelecidas entre o sujeito e o espaço.

Para Tuan (1980), o espaço é mais abstrato que o lugar, o que começa como espaço indiferenciado, transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor e significado. Segundo Claval (2001, p. 55), “[...] os lugares não tem

somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Eles estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os freqüentam.” Fica claro que na abordagem humanística o entendimento de lugar vai muito além da simples visão de localização e de individualidade do espaço. São acrescentadas a percepção, os significados, as características e heranças culturais dos indivíduos. O lugar é o espaço vivido, dotado de significados próprios e particulares que são transmitidos culturalmente. São considerados nos estudos a percepção do indivíduo, os símbolos, a religiosidade, os valores e as identidades coletivas.

A concepção de lugar, dentro da geografia crítica, passou a valorizar mais as questões políticas e econômicas. É analisado como campo de embate, arena de combate entre as classes sociais. O lugar é o espaço do particular, estando presentes os elementos históricos, culturais e a identidade; revelando as especificidades. É no lugar que se materializam as contradições da globalização, conforme suas particularidades e suas possibilidades (CAVALCANTE, 1998).

Na visão crítica existe uma inter-relação dinâmica entre as escalas: local, regional, nacional e global. Com a expansão das relações capitalistas de produção não é mais possível estudar o lugar sem uma preocupação efetiva com suas conexões com o global através das redes e fluxos. Porém, mesmo com a globalização, as especificidades do lugar não desaparecem. Pelo contrário, as características próprias e peculiares conseguem coexistir, contraditoriamente a tendência de homogeneização imposta pelo capital internacional.

Para Carlos (1997):

[...] o lugar aparece como um fragmento do espaço onde se pode apreender o mundo moderno. Uma vez que o mundial não abale o local. O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Deste modo o lugar se apresenta como o ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento (CARLOS, 1997, p. 303).

O lugar, no dizer da autora, é produto da articulação estabelecida entre o mundial e o específico e particular.

O lugar permitiria desvendar a sociedade atual na medida em que aponta para a globalidade. Enquanto parcela do espaço, enquanto construção social, o lugar abre perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço. Ao mesmo tempo, posto que preenchido por múltiplas coações, expõe as pressões que se exercem em todos os níveis (CARLOS, 1997, p. 303).

A autora chama a atenção para a supremacia do valor de troca sobre o valor de uso do lugar. O lugar aparece como privado e o cidadão é apenas um consumidor, pois as relações passam obrigatoriamente pela troca. No entanto, também é no lugar que se manifesta a diferença e o conflito. O uso entra em choque com os interesses do capital. É o uso reagindo contra a troca, contra os interesses dos especuladores.

É no lugar que se manifesta a luta de classes e a reação ao valor de troca através dos movimentos e organizações populares como: movimento dos sem-teto e sem terra, associações de bairro e de moradores, movimentos ambientais, movimentos dos estudantes da educação básica e superior, movimentos em defesa da mulher e da criança, contra a violência urbana, etc.

Os movimentos sociais reagem contra o ordenamento do capital e buscam mobilizar a população com o objetivo de transformar a realidade e melhorar as condições de vida. Os movimentos articulam e mediam as ações em diferentes escalas, com atuação local efetiva.

Com base no exposto no transcorrer do texto entendemos que a compreensão dos conceitos de espaço, território, região, paisagem e lugar são de fundamental importância para a análise geográfica. Sem a clareza do significado dos conceitos elementares e sem o entendimento de qual teoria lhes estabelece suporte, qualquer discussão ou debate que se queira fazer fica vago e desprovido de significado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do conhecimento geográfico esteve fortemente ligado aos processos expansionistas territoriais. Isto é válido tanto para o período pré-científico como para o período da organização científica. Porém, não significa a inexistência de pensadores críticos preocupados com as questões sociais. O que ocorria é que os governantes interessados em ampliar seus domínios territoriais, incentivaram determinados pensamentos e procuravam abafar e sufocar as ideias contrárias. O que caracterizou a constituição de uma geografia a serviço do Estado.

O despertar do pensamento social crítico ocorreu efetivamente a partir da década de 1970, com o movimento que ficou denominado como geografia crítica. As preocupações sociais passaram a fazer parte das pautas e interesses de discussão dos geógrafos. As profundas desigualdades sociais oriundas do capitalismo começaram a ser intensamente discutidas, especialmente pela vertente marxista.

O que se verifica na atualidade é a busca por parte de inúmeros geógrafos em

elaborar estudos inter-relacionando os aspectos sociais com os ambientais. A dicotomia entre geografia física e geografia humana ainda está presente, no entanto, os esforços para a integração são crescentes.

No início do século XXI, as discussões também caminham para a relação entre a geografia e as novas técnicas de computação e comunicação. Sendo o espaço virtual inserido no debate. No entanto, é importante compreender quem o espaço virtual beneficia: as grandes potências e companhias transnacionais ou a população trabalhadora?

Sem esse entendimento corremos o risco de produzir novamente uma geografia direcionada para atender os objetivos de dominação e expansão financeira de um restrito grupo em detrimento da maioria da população. Papel desempenhado outrora pela geografia e muito criticado na atualidade.

Não negamos a importância da tecnologia e os avanços que ela proporciona. Mas, a tecnologia, assim como o espaço virtual, devem estar inseridos em um projeto social mais amplo que auxilie na transformação de uma sociedade altamente desigual para uma sociedade onde o bem estar social seja o objetivo a ser alcançado.

Como podemos perceber ao longo das discussões apresentadas são diversos os paradigmas e conceitos. Eles contribuíram para o enriquecimento e dinamismo da geografia ao longo do seu desenvolvimento histórico como ciência. Cabe a cada geógrafo conhecer os paradigmas, avaliar os pontos negativos e os pontos positivos que cada um apresenta, efetuar uma crítica e, conscientemente, escolher o seu caminho. É como apontam Camargo e Reis Júnior (2007, p. 83-84), “É preciso, portanto, que os geógrafos da atualidade tenham presente o fato de na geografia existir uma variedade de enfoques e correntes alternativas – detalhe que os obriga a repensar, constantemente, sua natureza”. Aqui apresentamos, de forma geral, os pontos que julgamos básicos e introdutórios para as discussões sobre a temática proposta. Para o aprofundamento das discussões e das reflexões sugerimos a leitura das referências citadas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987.

BUZAI, Gustavo D. Geografía y tecnologías digitales del siglo XXI: una aproximación a las nuevas visiones del mundo y sus impactos científico-tecnológicos. In: **Scripta Nova**.

Vol. VIII, n. 170, 1 de agosto de 2004.

CAMARGO, José Carlos Godoy; REIS JÚNIOR, Dante Flávio da Costa. A filosofia (neo)positivista e a Geografia Quantitativa. In: VITTE, Antonio Carlos (org.) **Contribuições à História e à Epistemologia da Geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CAPEL, Horacio. **Filosofia e ciência na geografia contemporânea**: uma introdução à geografia. Maringá: Massoni, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar: mundialização e fragmentação. In: SANTOS, Milton et. al. (Org.) **O novo mapa do mundo**: fim de século e globalização. São Paulo: Hucitec, 1997.

CAVALCANTE, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas: Papirus. 1998.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. As características da nova geografia. In: **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1985, p.71-101.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001.

COLAVITE, Ana Paula; PASSOS, Messias Modesto dos. Reflexões sobre a análise da paisagem no GTP: da perspectiva sistêmica à cultural. Anais: **V SIMPGEO** – Simpósio Paranaense de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, estado da arte, tendências e desafios. Curitiba: UFPR. 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

HAESBAEST, Rogério. Dês-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

HENRIQUE, Wendel. A natureza nos interstícios do social – uma leitura das idéias de natureza nas obras de Milton Santos. **Revista Terra Livre**: São Paulo. Ano 19, v. 2, n. 21, jul/dez. 2003.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo:

Hucitec, 1987.

PASSOS, Messias Modesto. **A Construção da Paisagem no Mato Grosso - Brasil.** Maringá: Editora da UEM, 2000.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Geografia: introdução à ciência geográfica.** São Paulo: Avercamp, 2008.

SACK, Robert. **Human territoriality.** Cambridge: Cambridge Press, 1986.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova:** da crítica de geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo, Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: **Debates Territori y movimientos sociales.** Ano VI, n. 16, enero-abril, 2005.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual:** Natureza, Capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia:** contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Unesp, 2004.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Espaço Geográfico uno e múltiplo.** Scripta Nova. n. 93, 15 de julio de 2001.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.